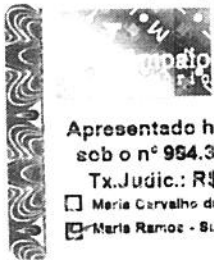


FLS.: 903
 PROTOCOLO - AGE
 JTS



1º TABELIONATO DE PROTESTOS E REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS E DOCUMENTOS DE GOIÂNIA
 Rua 3 nº 1.209 - Centro - Goiânia - GO Fone (62) 3224-4209 - FAX (62) 3224-2894
 Selo de Autenticidade nº: 0300C889015
 - Registro de Títulos e Documentos - Livro B -
 Apresentado hoje, protocolizado, registrado e digitalizado
 sob o nº 954.322 - 06/01/2012 Emolumentos : R\$ 439,64
 Tx.Judic.: R\$ 0,18 Fundesp: R\$ 43,96 Total : R\$ 482,78
 Maria Carvalho da Mata - Escrivente
 Maria Ramos - Sub-Oficial

Maria Ramos



24º OFÍCIO DE NOTAS
 Av. Almirante Barroso, 139 - C. Tel: 532-0424
 Rio de Janeiro-RJ



24º OFÍCIO DE NOTAS
 Av. Almirante Barroso, 139 - C. Tel: 532-0424
 Rio de Janeiro-RJ

RECONHECO por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de
 Selo nº SJJ37109
 JOAO CARLOS FERRAZ.....

Em testemunho da verdade,
 Rio de Janeiro, 03/01/2012.

101-CARLOS GUTENBERG BAPTISTA
 SUBSTITUTO

Reconhecimento de firma(s): 5,61



RSJ93660

5º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
 Av. Rio Branco, 109 Gr. 202 - Rio de Janeiro - Tel. 2507-5197
 Registrado, digitalizado e microfilmado sob o número de
 Protocolo e data declarados à margem. O QUE CERTIFICO.

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Daniel Hato
Oficial Titular
Ato Exec. 1856/93 TJ | <input type="checkbox"/> Paulo André M. da Costa
2º Escrivente Substituto
CTPS 8711/ Série 053 |
| <input type="checkbox"/> Aurora Maria
1ª Escrivente Substituto
CTPS 4047/ Série 191 | <input type="checkbox"/> Fabiana Alves Francisco
1ª Escrivente Substituto
CTPS 613782 Série 91 |

3º TABELIONATO DE NOTAS
 Rua T-53, N. 55 - St. Marista
 - CEP 74.125-010

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de
 ILDOY F0147 - WILSON DE SOUZA FREIRE.....
 ILDOY F0111 - JULIO CESAR VIEIRA DE MELO.....
 Que assina por SANAMENTO DE GOIÁS S.A.
 - SANERGO
 Posto que analisei (as) correspondente(s)
 de nosso arquivado que sou te
 Em Testemunho da verdade
 Goiânia, 06 de Dezembro de 2011.

MARIO ANTONES FERREIRA DA SILVA
 ESCREVENTE
 LADAM



3º Tabelionato de Notas
 Mario Antonis Ferreira da Silva
 Escrivente
 Goiânia - 03068250552

***W.SAMPALIO-Protocolo- 984.322 - 06/01/2012

REF: 34

FLS.: 904
PROTOCOLO - AGR

375

Resolução DE-70/02

CONTRATO DE EMPRÉSTIMO No. 1414/OC-BR

entre

SANEAMENTO DE GOIÁS S/A (SANEAGO)

e o

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

Programa de Água e Saneamento de Goiânia

11 de dezembro de 2002

LEG/REI/0698

Hélio

CAPÍTULO VI

Disposições Diversas

CLÁUSULA 6.01. Vigência do Contrato. As partes concordam em que este Contrato começa a vigorar na data de sua assinatura.

CLÁUSULA 6.02. Extinção. O pagamento total do Empréstimo, juros e comissões dará por extinto este Contrato e todas as obrigações dele derivadas.

CLÁUSULA 6.03. Validade. Os direitos e obrigações estabelecidos neste Contrato são válidos e exigíveis, de acordo com os termos nele estabelecidos, sem referência à legislação de qualquer país.

CLÁUSULA 6.04. Comunicações. Salvo acordo escrito em que se estabeleça outro procedimento, todo aviso, solicitação ou comunicação que as partes devam enviar uma à outra em virtude deste contrato será feito por escrito e considerar-se-á efetuado no momento em que o documento correspondente for entregue ao destinatário no respectivo endereço, abaixo indicado:

Da Mutuária:

SANEAMENTO DE GOIÁS S/A
Av. Fued José Sebba, 570-Jardim Goiás
CEP: 74805-100-Goiânia, GO, Brasil
Fax (62)218-2935

Do Banco:

Banco Interamericano de Desenvolvimento
1300 New York Ave., N.W.
Washington, D.C. 20577
Estados Unidos da América
Fax: (202) 623-3096

CLÁUSULA 6.05. Correspondência. O Banco e a Mutuária comprometem-se a encaminhar à Secretaria de Assuntos Internacionais – SEAIN do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no endereço abaixo indicado, cópia das correspondências relativas ao Programa.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Assuntos Internacionais – SEAIN
Esplanada dos Ministérios, Bloco K, 5º andar
70040-906, Brasília, DF, Brasil
Fax: 61 225-4022

CAPÍTULO VII


Arbitragem

CLÁUSULA 7.01. Cláusula compromissória. Para a solução de qualquer controvérsia oriunda do presente Contrato que não seja dirimida por acordo entre as partes, estas se submetem incondicional e irrevogavelmente ao processo e sentença do Tribunal de Arbitragem a que se refere o Capítulo IX das Normas Gerais.

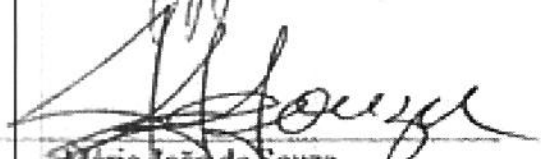
EM TESTEMUNHO DO QUE, a Mutuária e o Banco, atuando cada qual por intermédio de seu representante autorizado, firmam o presente Contrato em quatro vias de igual teor em Washington, Distrito de Colúmbia, Estados Unidos da América, no dia acima indicado.

SANEAMENTO DE GOIÁS S/A
(SANEAGO)

BANCO INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO


Geraldo Ferreira Felix de Sousa
Diretor-Presidente


Enrique V. Iglesias
Presidente


Mário João de Souza
Diretor de Engenharia

FLS.: 907
PROTOCOLO - AGR
JTB

LEG/REI/0048

SEGUNDA PARTE

NORMAS GERAIS

CAPÍTULO I

Aplicação das Normas Gerais

ARTIGO 1.01. Aplicação das Normas Gerais. Estas Normas Gerais aplicam-se aos Contratos de Empréstimo que o Banco Interamericano de Desenvolvimento celebra com seus Mutuários e, portanto, suas disposições constituem parte integrante deste Contrato.

CAPÍTULO II

Definições

ARTIGO 2.01. Definições. Para fins de conceituação das obrigações contratuais, adotam-se as seguintes definições:

- (a) A expressão "Banco" designa o Banco Interamericano de Desenvolvimento.
- (b) A expressão "Contrato" designa o conjunto de Disposições Especiais, Normas Gerais e Anexos.
- (c) A expressão "Conta Central de Moedas" designa a conta em que o Banco contabiliza, tanto em termos das unidades monetárias como de sua equivalência em dólares dos Estados Unidos da América, todos os desembolsos e amortizações dos Empréstimos, ou de parte dos Empréstimos concedidos pelo Banco com a Cesta de Moedas. Os Empréstimos ou parte dos Empréstimos que tenham sido concedidos na moeda do Mutuário ou em Moedas Únicas com o Mecanismo Unimonetário não serão contabilizados na Conta Central de Moedas.
- (d) A expressão "Custos dos Empréstimos Multimonetários Qualificados" designa o custo, para o Banco, dos Empréstimos Multimonetários Qualificados, expresso em termos de uma percentagem anual, segundo razoavelmente determinado pelo Banco.
- (e) A expressão "Custos dos Empréstimos Unimonetários Qualificados" designa o custo, para o Banco, dos Empréstimos Qualificados em qualquer Moeda Única, expresso em termos de uma percentagem anual, segundo razoavelmente determinado pelo Banco.
- (f) A expressão "Diretoria" designa a Diretoria Executiva do Banco.



- (g) A expressão "Disposições Especiais" designa o conjunto de cláusulas que compõem a Primeira Parte deste Contrato e que contém os elementos peculiares da operação.
- (h) A expressão "Empréstimo" designa os recursos que se desembolsam a débito do Financiamento.
- (i) A expressão "Empréstimo com a Cesta de Moedas" significa qualquer Empréstimo ou parte de um Empréstimo concedido pelo Banco para ser desembolsado e pago numa combinação de moedas conversíveis sob o Sistema da Cesta de Moedas.
- (j) A expressão "Empréstimo com o Mecanismo Unimonetário" significa qualquer Empréstimo ou parte de um Empréstimo concedido pelo Banco para ser desembolsado, contabilizado e pago numa Moeda Única com o Mecanismo Unimonetário.
- (k) A expressão "Empréstimos Multimonetários Qualificados" designa os recursos captados pelo Banco desde 1º de janeiro de 1990 e que se destinem a financiar Empréstimos da Cesta de Moedas, com taxas de juros variáveis, em conformidade com a política do Banco em matéria de taxas de juros.
- (l) A expressão "Empréstimos Unimonetários Qualificados", para Empréstimos expressos em qualquer moeda, significa: (i) desde a data em que o primeiro empréstimo na moeda selecionada seja aprovado pela Diretoria, recursos do mecanismo transitório de estabilização dessa moeda e recursos captados pelo Banco nessa moeda que sejam destinados a financiar os Empréstimos concedidos com o Mecanismo Unimonetário; (ii) a partir do primeiro dia do sétimo Semestre após a data mencionada, recursos captados pelo Banco que se destinem a financiar os Empréstimos, na moeda selecionada, com o Mecanismo Unimonetário.
- (m) A expressão "Fiador" designa a parte que garante o cumprimento das obrigações contraídas pelo Mutuário e assume outras obrigações que, consoante o Contrato de Garantia, passam a ser de sua responsabilidade.
- (n) A expressão "Financiamento" designa os recursos que o Banco convém em colocar à disposição do Mutuário para contribuir para a realização do Projeto.
- (o) A expressão "Fundo Rotativo" designa o Fundo que o Banco poderá estabelecer, de acordo com Artigo 4.07 destas Normas Gerais, com o objeto de adiantar recursos relacionados com execução do Projeto que sejam financiáveis com os recursos do Empréstimo.
- (p) A expressão "Mecanismo Unimonetário" significa o mecanismo que o Banco estabeleceu para conceder Empréstimos em certas moedas conversíveis selecionadas periodicamente.

FLS.: 909
PROTOCOLO-AGR
J/S

- (q) A expressão "Moeda que não seja a do país do Mutuário" ou "Moeda Conversível" designa qualquer moeda circulante legal de um país diverso do Mutuário, os Direitos Especiais de Saque do Fundo Monetário Internacional e qualquer outra unidade que represente a obrigação do serviço da dívida de um empréstimo contraído pelo Banco.
- (r) A expressão "Moeda Única" significa qualquer moeda conversível que o Banco tenha selecionado para conceder Empréstimos com o Mecanismo Unimonetário.
- (s) A expressão "Mutuário" designa a parte à cuja disposição é colocado o Financiamento.
- (t) A expressão "Normas Gerais" designa o conjunto de artigos que compõem a Segunda Parte deste Contrato e refletem as políticas básicas do Banco aplicáveis uniformemente a seus Contratos de Empréstimo.
- (u) A expressão "Órgão(s) Executor(es)" designa a(s) entidade(s) encarregada(s) de executar total ou parcialmente o Projeto.
- (v) A expressão "Projeto" designa o Programa ou Projeto para o qual é concedido o Financiamento.
- (w) A expressão "Semestre" designa os primeiros ou os segundos seis meses de um ano civil.
- (x) A expressão "Sistema da Cesta de Moedas" significa o sistema mediante o qual os Mutuários compartilham o risco cambial dos Empréstimos concedidos com a Cesta de Moedas e mediante o qual o Banco efetua desembolsos e requer o pagamento numa combinação de moedas conversíveis por ele determinada.
- (y) A expressão "Unidade de Conta" designa a unidade financeira utilizada como meio de expressar as obrigações de pagamento do principal e dos juros devidos pelos Mutuários em Empréstimos concedidos com a Cesta de Moedas.
- (z) A expressão "Valor da Unidade de Conta" designa o valor unitário da unidade financeira utilizada para calcular os montantes devidos pelos Mutuários em Empréstimos concedidos com a Cesta de Moedas. O Valor da Unidade de Conta, em determinada data, é estabelecido mediante a divisão da soma dos saldos de moedas conversíveis contabilizados na Conta Central de Moedas, expressos em dólares dos Estados Unidos da América, pelo total de Unidades de Conta devidas pelos Mutuários naquela data. Para expressar os saldos de moedas conversíveis contabilizados na Conta Central de Moedas em dólares dos Estados Unidos da América em determinado dia, será utilizada a taxa de câmbio vigente nesse dia.

CAPÍTULO III

Amortização, Juros e Comissão de Crédito

ARTIGO 3.01. Datas de amortização. O Mutuário amortizará o Empréstimo em quotas semestrais nas mesmas datas determinadas nas Disposições Especiais para o pagamento dos juros. A data de vencimento da primeira quota de amortização coincidirá com a primeira data estabelecida para o pagamento de juros, após transcorridos seis meses contados a partir da data prevista para o último desembolso.

ARTIGO 3.02. Comissão de crédito. (a) Sobre o saldo não desembolsado do Financiamento que não seja na moeda do país do Mutuário, este pagará uma comissão de crédito de 0,75% ao ano, que começará a vigorar sessenta (60) dias após a data do Contrato.

- (b) No caso de Empréstimos com a Cesta de Moedas, e no caso de Empréstimos em dólares dos Estados Unidos da América com o Mecanismo Unimonetário, esta comissão será paga em dólares dos Estados Unidos da América. No caso de Empréstimos com o Mecanismo Unimonetário numa moeda que não seja o dólar dos Estados Unidos da América, a comissão será paga na moeda do Empréstimo. No caso de Empréstimos em Moedas Conversíveis, a comissão será paga nas mesmas datas estipuladas para o pagamento dos juros, conforme previsto nas Disposições Especiais.
- (c) Esta comissão deixará de vigorar, no todo ou em parte, conforme o caso, na medida em que: (i) tenham sido efetuados os respectivos desembolsos; ou (ii) o Financiamento tenha ficado total ou parcialmente sem efeito, em conformidade com os artigos 3.17, 3.18 e 4.02 destas Normas Gerais e com os artigos pertinentes das Disposições Especiais.

ARTIGO 3.03. Cálculos de juros e da comissão de crédito. Os juros e a comissão de crédito serão calculados com base no número exato de dias do Semestre correspondente.

ARTIGO 3.04. Juros. Os juros incidirão sobre os saldos devedores diários do Empréstimo, a uma taxa a ser determinada semestralmente, somando-se um diferencial expresso em termos de uma percentagem anual que o Banco fixará periodicamente de acordo com sua política sobre taxa de juros: (i) no caso de Empréstimos com a Cesta de Moedas, ao custo dos Empréstimos Multimonetários Qualificados para o Semestre anterior; (ii) no caso de Empréstimos com o Mecanismo Unimonetário, ao custo dos Empréstimos Unimonetários Qualificados na moeda do Empréstimo para o Semestre anterior. Tão logo seja possível após o término de cada Semestre, o Banco notificará o Mutuário acerca da taxa de juros para o Semestre seguinte.

ARTIGO 3.05. Desembolsos e pagamentos de amortizações e juros em moeda nacional. (a) Os montantes que sejam desembolsados na moeda do país do Mutuário serão aplicados ao Financiamento e debitados em seu equivalente em dólares dos Estados Unidos da

LS: 911
PROTÓCOLO-AGR
JVS

América, determinado de acordo com a taxa de câmbio vigente na data do respectivo desembolso.

- (b) O pagamento das quotas de amortização e juros deverá ser efetuado na moeda desembolsada, em seu equivalente em dólares dos Estados Unidos da América, determinado de acordo com a taxa de câmbio vigente na data do pagamento.
- (c) Para determinar as equivalências estipuladas nas alíneas (a) e (b), supra, será utilizada a taxa de câmbio que corresponder, de acordo com o estabelecido no Artigo 3.06 destas Normas Gerais.

ARTIGO 3.06. Taxa de câmbio. (a) A taxa de câmbio a ser utilizada para estabelecer a equivalência da moeda do país do Mutuário em relação ao dólar dos Estados Unidos da América será a seguinte:

- (i) A taxa de câmbio correspondente ao entendimento vigente entre o Banco e o respectivo país membro em matéria de manutenção do valor da moeda, conforme estabelecido na Seção 3 do Artigo V do Contrato Constitutivo do Banco.
- (ii) Na ausência de um entendimento entre o Banco e o respectivo país membro a respeito da taxa de câmbio a ser aplicada para fins de manutenção do valor de sua moeda em poder do Banco, este terá o direito de exigir que, para os fins de pagamento de amortização e juros, seja aplicada a taxa de câmbio utilizada nessa data pelo Banco Central do país membro, ou pela correspondente autoridade monetária para a venda de dólares dos Estados Unidos da América aos residentes no país, que não sejam entidades governamentais, para efetuar as seguintes operações: (a) pagamento a título de capital e juros devidos; (b) remessa de dividendos ou de outras rendas provenientes de investimentos de capital no país; e (c) remessa de capitais investidos. Se, para estas três classes de operações, não existir taxa de câmbio idêntica, será aplicável a mais alta, ou seja, a que represente o maior número de unidades na moeda do respectivo país por dólar dos Estados Unidos da América.
- (iii) Se, na data em que deva ser efetuado o pagamento, a regra anterior não puder ser aplicada por inexistência das mencionadas operações, o pagamento será efetuado com base na taxa de câmbio mais recente utilizada para tais operações dentro dos trinta (30) dias anteriores à data do vencimento.
- (iv) Se, não obstante a aplicação das regras acima mencionadas, não for possível determinar a taxa de câmbio a ser aplicada para fins de pagamento, ou se surgirem discrepâncias quanto a essa determinação, observar-se-á, nesta matéria, o que o Banco resolver, levando em

consideração as realidades do mercado de câmbio no respectivo país membro.

(v) Se, por descumprimento das regras anteriores, o Banco considerar que o pagamento efetuado na moeda correspondente foi insuficiente, deverá comunicá-lo de imediato ao Mutuário para que este proceda à cobertura da diferença dentro do prazo máximo de trinta (30) dias úteis contados a partir da data do recebimento do aviso. Se, ao contrário, a quantia recebida for superior à devida, o Banco procederá à devolução do excesso de recursos dentro do mesmo prazo.

(b) Para determinar a equivalência em dólares dos Estados Unidos da América de uma despesa efetuada com a moeda do país do Mutuário, será utilizada a taxa de câmbio aplicável na data do pagamento da respectiva despesa, observada a regra assinalada na alínea (a) do presente Artigo. Para tanto, entende-se que a data de pagamento da despesa é aquela em que o Mutuário, o Órgão Executor ou qualquer outra pessoa natural ou jurídica à qual tenha sido delegada a faculdade de efetuar despesas, realize os respectivos pagamentos em favor do empreiteiro ou fornecedor.

ARTIGO 3.07. Desembolsos e amortizações em moedas conversíveis de Empréstimos com a Cesta de Moedas. (a) No caso de Empréstimos concedidos com a Cesta de Moedas, os desembolsos e os pagamentos a título de amortizações em Moedas Conversíveis serão contabilizados em Unidades de Conta.

(b) O saldo devedor de um Empréstimo concedido com a Cesta de Moedas em determinada data será expresso em sua equivalência em dólares dos Estados Unidos da América, mediante a multiplicação do total devido em Unidades de Conta pelo Valor da Unidade de Conta vigente nessa data.

(c) As quantias desembolsadas ou as amortizações efetuadas nos Empréstimos concedidos com a Cesta de Moedas serão acrescentadas ou reduzidas, respectivamente, da Conta Central de Moedas, tanto na moeda utilizada como em sua equivalência em dólares dos Estados Unidos da América na data do respectivo desembolso ou pagamento.

ARTIGO 3.08. Pagamentos de amortização e juros em moedas conversíveis de Empréstimos com a Cesta de Moedas. (a) No caso de Empréstimos concedidos com a Cesta de Moedas, os pagamentos das quotas de amortização e juros deverão ser efetuados nos respectivos vencimentos e na moeda que o Banco especificar. Para o pagamento das quotas de amortização, o Banco poderá especificar qualquer moeda que faça parte da Conta Central de Moedas.

(b) No caso de Empréstimos concedidos com a Cesta de Moedas, os pagamentos a título de amortização e juros serão creditados ao Mutuário em Unidades de Conta utilizando o Valor da Unidade de Conta vigente na data do pagamento.

- (c) Ocorrendo diferença, por alteração no Valor da Unidade de Conta, entre a data de faturamento e a data em que seja efetuado o pagamento, o Banco poderá, segundo o caso: (i) requerer do Mutuário o cancelamento dessa diferença no prazo de trinta (30) dias da data de recebimento do correspondente aviso; ou (ii) proceder à reintegração da diferença em favor do Mutuário dentro do mesmo prazo.

ARTIGO 3.09. Desembolsos e pagamentos de amortização e juros em Moedas Únicas.
No caso de Empréstimos concedidos com o Mecanismo Unimonetário, os desembolsos e pagamentos a título de amortização e juros serão efetuados na Moeda Única do Empréstimo.

ARTIGO 3.10. Determinação do valor de moedas conversíveis. Sempre que, nos termos deste Contrato, seja necessário determinar o valor de uma Moeda que não seja a do país do Mutuário em termos de uma outra moeda, tal valor será aquele que o Banco vier razoavelmente a fixar.

ARTIGO 3.11. Participações. (a) O Banco poderá ceder a outras instituições públicas ou privadas, a título de participação, os direitos correspondentes às obrigações pecuniárias do Mutuário provenientes deste Contrato. O Banco informará aos interessados e Mutuário a respeito de cada cessão.

- (b) Poderão ser acordadas participações em relação: (i) a qualquer montante do Empréstimo que tenha sido desembolsado antes da formalização do acordo de participação; ou (ii) a qualquer montante do Financiamento ainda pendente de desembolso no momento de ser celebrado o acordo de participação.
- (c) O Banco poderá, com a anuência prévia do Mutuário, ceder total ou parcialmente o importe não desembolsado do Financiamento a outras instituições públicas ou privadas. Para tanto, a parcela sujeita à participação será expressa em termos de um número fixo de unidades de uma ou várias moedas conversíveis. Igualmente, com prévia anuência do Mutuário, o Banco poderá estabelecer, para esta parcela sujeita à participação, uma taxa de juros diferente da estabelecida no presente Contrato. Os pagamentos dos juros e das quotas de amortização serão efetuados na moeda especificada em que se realizou a participação e nas datas especificadas no Artigo 3.01. O Banco proporcionará ao Mutuário e ao Participante uma tabela de amortização, após efetuado o último desembolso.
- (d) No caso de Empréstimos concedidos com a Cesta de Moedas, o Banco poderá, com a anuência prévia do Mutuário, alterar a denominação de qualquer parcela das obrigações pecuniárias do Mutuário provenientes deste Contrato para um número fixo de unidades de uma moeda ou moedas especificadas, de modo que o Banco possa ceder a outras instituições públicas ou privadas, a título de participação e na medida de sua própria conveniência, os direitos correspondentes a dita parcela das obrigações do Mutuário. Igualmente, e com a anuência prévia do Mutuário, o Banco poderá estabelecer, para dita parcela de obrigações pecuniárias do Contrato, uma taxa de juros distinta da estabelecida no presente Contrato. O número de unidades de moeda de tal participação será deduzido da

Conta Central de Moedas na data da participação e a obrigação do Mutuário será transformada de uma quantia em Unidades de Conta, representada pela divisão da soma equivalente em dólares dos Estados Unidos da América das unidades de moeda pelo Valor de Unidade de Conta vigentes na mesma data, num número fixo de unidades da moeda ou moedas especificadas. O Banco imediatamente informará o Mutuário sobre cada participação. Aplicar-se-ão as alíneas (b) e (c) deste Artigo às participações negociadas nos termos desta alínea (d), exceto que, não obstante o disposto na alínea (c), os pagamentos dos juros e das quotas de amortização serão efetuados na moeda específica em que se efetuou a participação.

ARTIGO 3.12. Imputação dos pagamentos. Todo pagamento será imputado primeiramente à devolução de adiantamentos não justificados de recursos, depois a comissões e juros exigíveis na data do pagamento e, existindo saldo, à amortização de prestações vencidas do principal.

ARTIGO 3.13. Pagamentos antecipados. Mediante notificação prévia por escrito ao Banco, com prazo não inferior a quarenta e cinco (45) dias, o Mutuário poderá pagar, numa das datas de pagamento de juros indicada nas Disposições Especiais, qualquer parcela do Empréstimo antes do respectivo vencimento, sempre que na data do pagamento não exista débito a título de comissões ou juros. Salvo acordo por escrito em contrário, qualquer pagamento antecipado será imputado às prestações vencidas do principal, na ordem inversa dos correspondentes vencimentos.

ARTIGO 3.14. Recibos. A pedido do Banco, o Mutuário deverá emitir e entregar ao Banco, ao final dos desembolsos, os recibos que representem as quantias desembolsadas.

ARTIGO 3.15. Vencimento em dias feriados. Todo pagamento ou qualquer outra prestação que, de acordo com o Contrato, deva realizar-se em um sábado, domingo ou feriado bancário segundo a lei do lugar em que deva ser efetuado, considerar-se-á válido se realizado no primeiro dia útil subsequente, não sendo cabível, neste caso, a cobrança de qualquer acréscimo.

ARTIGO 3.16. Lugar de pagamento. Todo pagamento será efetuado na sede do Banco, em Washington, Distrito de Colúmbia, Estados Unidos da América, salvo se o Banco designar outro lugar para tal efeito, notificando previamente por escrito ao Mutuário.

ARTIGO 3.17. Renúncia a parte do Financiamento. O Mutuário, com a concordância do Fiador, se houver, poderá, mediante aviso por escrito enviado ao Banco, renunciar ao direito de utilizar qualquer parcela do Financiamento que não tenha sido desembolsada antes do recebimento do referido aviso, desde que dita parcela não se encontre em qualquer das circunstâncias previstas no Artigo 5.03 destas Normas Gerais.

ARTIGO 3.18. Cancelamento automático de parte do Financiamento. Salvo acordo expresso e por escrito do Banco com o Mutuário e o Fiador, se houver, no sentido de prorrogar os prazos de desembolso, a parcela do Financiamento que não houver sido comprometida ou

desembolsada, conforme o caso, dentro do prazo correspondente, ficará automaticamente cancelada.

CAPÍTULO IV

Normas Relativas a Desembolsos

ARTIGO 4.01. Condições prévias ao primeiro desembolso. O primeiro desembolso a débito do Financiamento está condicionado a que tenham sido cumpridos, de forma que o Banco considere satisfatória, os seguintes requisitos:

- (a) Que o Banco tenha recebido um ou mais pareceres jurídicos fundamentados, com indicação das disposições constitucionais, jurídicas e regulamentares pertinentes, no sentido de que as obrigações contraídas pelo Mutuário neste Contrato e pelo Fiador no Contrato de Garantia, se for o caso, são válidas e exigíveis. Ditos pareceres deverão, ademais, abranger o exame de qualquer consulta de natureza jurídica que, razoavelmente, o Banco considere cabível formular.
- (b) Que o Mutuário, diretamente ou por meio do Órgão Executor, se pertinente, tenha designado um ou mais funcionários que possam representá-lo em todos os atos relacionados com a execução deste Contrato e que tenha feito chegar ao Banco exemplares autênticos das assinaturas desses representantes. Se forem designados dois ou mais funcionários, o Mutuário indicará se os mesmos poderão atuar separada ou conjuntamente.
- (c) Que o Mutuário, diretamente ou por intermédio do Órgão Executor, se pertinente, tenha demonstrado ao Banco que disporá oportunamente de recursos suficientes para atender, pelo menos durante o primeiro ano civil, à execução do Projeto, de acordo com o cronograma de investimentos mencionado na alínea que se segue. Quando esse Financiamento constituir a continuação da mesma operação, cuja etapa ou etapas anteriores o Banco esteja financiando, a obrigação contida nesta alínea não será aplicável.
- (d) Que o Mutuário, diretamente ou por intermédio do Órgão Executor, se pertinente, tenha apresentado ao Banco um relatório inicial, preparado segundo a forma indicada pelo Banco, que sirva de base para a elaboração e avaliação dos relatórios de progresso a que se refere a alínea (a)(i) do Artigo 7.03 destas Normas Gerais. Além de outras informações que o Banco possa razoavelmente solicitar nos termos deste Contrato, o relatório inicial deverá compreender:
 - (i) um plano de execução do Projeto que inclua, quando não se tratar de um programa de concessão de créditos, os planos e especificações que, a juízo do Banco, sejam necessários;
 - (ii) um calendário ou cronograma de trabalho, ou de concessão de crédito, conforme o caso; e

- (iii) um quadro de origem e aplicação dos recursos, de que constem um cronograma pormenorizado de investimentos, de acordo com as respectivas categorias de investimento, indicadas no Anexo A deste Contrato, e as indicações das contribuições anuais necessárias de cada uma das distintas fontes de recursos com os quais será financiado o Projeto. Estando previsto neste Contrato o reconhecimento de despesas anteriores à sua assinatura ou à da resolução aprobatoria do Financiamento, serão incluídas no relatório inicial uma demonstração dos investimentos e, segundo os objetivos do Financiamento, uma descrição das obras executadas no Projeto ou uma relação dos créditos já formalizados, conforme o caso, até uma data imediatamente anterior à do relatório.
- (e) Que o Mutuário ou o Órgão Executor tenha apresentado ao Banco o plano, catálogo ou código de contas a que se refere o Artigo 7.01 destas Normas Gerais.
- (f) Que o Órgão Oficial de Fiscalização a que se referem as Disposições Especiais tenha acordado em desempenhar as funções de auditoria previstas na alínea (b) do Artigo 7.03 destas Normas Gerais e nas Disposições Especiais, ou que o Mutuário ou o Órgão Executor tenha concordado com o Banco quanto à firma de auditores públicos independente que realizará estas funções.

ARTIGO 4.02. Prazo para o cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso. Se dentro de cento e oitenta (180) dias contados da vigência deste Contrato, ou de um prazo maior que as partes ajustem por escrito, não forem cumpridas as condições prévias ao primeiro desembolso estipuladas no Artigo 4.01 destas Normas Gerais e nas Disposições Especiais, o Banco poderá pôr termo a este Contrato, dando ao Mutuário o aviso correspondente.

ARTIGO 4.03. Requisitos para qualquer desembolso. Para que o Banco efetue qualquer desembolso será preciso: (a) que o Mutuário ou o Órgão Executor, conforme o caso, tenha apresentado por escrito um pedido de desembolso e que, em apoio ao mesmo, se tenham fornecido ao Banco os documentos pertinentes e demais antecedentes que este possa haver solicitado. No caso de Empréstimos nos quais o Mutuário tenha optado por receber financiamento numa combinação de Moedas Únicas, ou em uma ou mais Moedas Únicas e com a Cesta de Moedas, o pedido deve indicar o montante específico da Moeda Única a ser desembolsado e, se for o caso, se o desembolso deverá ser debitado à parte do Empréstimo concedido com a Cesta de Moedas; (b) que os pedidos sejam apresentados, o mais tardar, trinta (30) dias antes da data de expiração do prazo para desembolsos ou da prorrogação que o Mutuário e o Banco tenham acordado por escrito; (c) que não tenham ocorrido quaisquer das circunstâncias descritas no Artigo 5.01 destas Normas Gerais; e (d) que o Fiador, quando for o caso, não esteja em mora com relação às suas obrigações de pagamento para com o Banco, a título de qualquer Empréstimo ou Garantia, por período superior a cento e vinte (120) dias.

ARTIGO 4.04. Desembolsos para Cooperação Técnica. Se as Disposições Especiais contemplarem Financiamento de despesas para Cooperação Técnica, os desembolsos para esse

propósito poderão ser efetuados depois de cumpridos os requisitos estabelecidos nas alíneas (a) e (b) do Artigo 4.01 e no Artigo 4.03 destas Normas Gerais.

ARTIGO 4.05. Pagamento da quota de inspeção e supervisão. Dos recursos do Financiamento, o Banco destinará o montante ou montantes indicados nas Disposições Especiais que serão incluídos nas contas gerais do Banco a título de inspeção e supervisão. Essa medida dispensará pedido do Mutuário ou do Órgão Executor e poderá ser efetuada uma vez cumpridas as condições prévias para o primeiro desembolso, ou quando haja vencido a data do primeiro pagamento da comissão de crédito, o que ocorrer primeiro. No caso de Empréstimos com a Cesta de Moedas, o Banco separará e reterá a quota de inspeção e supervisão em dólares. No caso de Empréstimos com o Mecanismo Unimonetário ou na Moeda do Mutuário, o Banco separará e reterá a quota de inspeção e supervisão na moeda do Empréstimo.

ARTIGO 4.06. Procedimento de desembolso. O Banco poderá efetuar desembolsos a débito do Financiamento: (a) transferindo a favor do Mutuário as quantias a que este tenha direito de acordo com este Contrato; (b) efetuando pagamentos por conta do Mutuário, e de comum acordo, a outras instituições bancárias; (c) constituindo ou renovando o Fundo Rotativo a que se refere o Artigo 4.07 seguinte; e (d) mediante outro procedimento que as partes acordem por escrito. Qualquer despesa bancária cobrada por terceiros em razão dos desembolsos correrá por conta do Mutuário. Salvo acordo das partes em contrário, somente serão feitos desembolsos, em cada oportunidade, de quantias não inferiores a um montante equivalente a cem mil dólares dos Estados Unidos da América (US\$ 100.000).

ARTIGO 4.07. Fundo Rotativo. (a) A débito do Financiamento e uma vez cumpridos os requisitos previstos nos Artigos 4.01 e 4.03 destas Normas Gerais e nas Disposições Especiais pertinentes, o Banco poderá adiantar recursos do Financiamento a fim de estabelecer, ampliar ou renovar um Fundo Rotativo para a cobertura de despesas relacionadas com a execução do Projeto financiáveis com tais recursos, de acordo com as disposições deste Contrato.

- (b) Salvo acordo expresso entre as partes, o montante do Fundo Rotativo não excederá a 5% do montante do Financiamento. O Banco poderá ampliar ou renovar total ou parcialmente o Fundo Rotativo, se assim lhe for justificadamente solicitado, na medida em que os recursos sejam utilizados e desde que se cumpram os requisitos do Artigo 4.03 destas Normas Gerais e os estabelecidos nas Disposições Especiais. O Banco poderá também reduzir ou cancelar o montante do Fundo Rotativo caso determine que os recursos desembolsados através do referido Fundo excedem as necessidades do Projeto. A constituição e renovação do Fundo Rotativo serão considerados desembolsos para todos os efeitos deste Contrato.
- (c) O plano, catálogo ou código de contas que o Mutuário ou o Órgão Executor deverá apresentar ao Banco, conforme o Artigo 4.01 (c) destas Normas Gerais, indicará o método contábil que o Mutuário utilizará para verificar as transações e demonstrativo de contas do Fundo Rotativo.



- (d) Até trinta dias antes da data de vencimento do prazo de desembolso do Financiamento, o Mutuário deverá apresentar ao Banco a justificativa final sobre o uso dos recursos do Fundo Rotativo e efetuar a devolução de qualquer saldo pendente não justificado.
- (e) No caso de Empréstimo no qual o Mutuário tenha optado por receber financiamento em uma combinação de Moedas Únicas, ou em uma ou várias Moedas Únicas, e também quando tenha optado pelo Sistema de Cesta de Moedas, o Mutuário poderá, dependendo da disponibilidade de saldo não desembolsado nessas moedas, optar por receber um desembolso do Fundo Rotativo em qualquer das Moedas Únicas do Empréstimo ou da parcela conforme o Sistema de Cesta de Moedas, se estiver previsto, ou em qualquer outra combinação destas moedas.

ARTIGO 4.08. Disponibilidade de moeda nacional. O Banco estará obrigado a efetuar desembolsos ao Mutuário na moeda do seu país, somente na medida em que o respectivo depositário do Banco a tenha colocado à sua efetiva disposição.

CAPÍTULO V

Suspensão de Desembolsos e Vencimento Antecipado

ARTIGO 5.01. Suspensão de desembolsos. O Banco, mediante aviso escrito ao Mutuário, poderá suspender os desembolsos se ocorrer e enquanto subsistir qualquer das seguintes circunstâncias:

- (a) Mora no pagamento das quantias devidas pelo Mutuário ao Banco a título de principal, comissões e juros, devolução de adiantamentos ou qualquer outro título, de acordo com este Contrato ou com qualquer outro Contrato de Empréstimo celebrado entre o Banco e o Mutuário.
- (b) Inadimplemento, por parte do Mutuário, de qualquer outra obrigação estipulada neste Contrato ou Contratos subscritos com o Banco para financiamento do Projeto.
- (c) A retirada ou suspensão, como membro do Banco, do país em que o Projeto deva ser executado.
- (d) Quando o Projeto ou os propósitos do Financiamento puderem ser afetados por:
 - (i) qualquer restrição, modificação ou alteração da competência legal, das funções ou do patrimônio do Mutuário ou Órgão Executor, ou
 - (ii) qualquer modificação ou emenda que tenha sido efetuada sem a anuência escrita do Banco, nas condições básicas cumpridas antes da Resolução aprobatória do Financiamento ou da assinatura do Contrato. Nesses casos,

JMS

o Banco terá direito de requerer do Mutuário e do Órgão Executor informações justificadas e pormenorizadas e só depois de ouvir o Mutuário ou o Órgão Executor e de examinar suas informações e esclarecimentos, ou no caso de falta de manifestação do Mutuário e do Órgão Executor, poderá suspender os desembolsos se considerar que as modificações introduzidas afetam substancial e negativamente o Projeto ou tornam impossível sua execução.

- (e) Inadimplemento, por parte do Feador, se existir, de qualquer obrigação estipulada no Contrato de Garantia.
- (f) Qualquer circunstância extraordinária que, a critério do Banco, e não se tratando de Contrato em que o Mutuário seja a República, torne improvável que o Mutuário possa cumprir as obrigações contraídas neste Contrato, ou que não permita atingir os propósitos que se tiveram em conta ao celebrá-lo.

ARTIGO 5.02. Término, vencimento antecipado ou cancelamento parcial de

~~partes não desembolsadas.~~ (a) O Banco poderá por termo a este Contrato relativamente à parte do Financiamento que não tenha sido desembolsada até aquela data ou declarar vencida e exigível de imediato, a totalidade do Empréstimo ou parte dele, com os juros e comissões devidos até a data do pagamento se: (i) qualquer das circunstâncias previstas nas alíneas (a), (b), (c), e (e) do artigo anterior se prolongar por mais de sessenta (60) dias, ou (ii) se a informação a que se refere a alínea (d) ou os esclarecimentos ou informações adicionais prestados pelo Mutuário ou pelo Órgão Executor, conforme o caso, não forem satisfatórios para o Banco.

- (b) O Banco poderá cancelar a parte não desembolsada do Financiamento referente à aquisição de determinados bens e serviços correlatos, à contratação de obras ou serviços de consultoria, ou declarar vencida e exigível, de imediato, a parte do Empréstimo correspondente às mencionadas aquisições ou contratações, se, a qualquer momento, determinar que: (i) as aquisições ou contratações foram efetuadas sem cumprimento do procedimento estabelecido neste Contrato; (ii) representantes do Mutuário incorreram em práticas corruptas, tanto durante o processo de seleção do fornecedor, empreiteiro ou consultor, como durante a execução do respectivo contrato, sem que o Mutuário tivesse tomado as medidas cabíveis para corrigir a situação, dentro do período que o Banco considerar razoável, e de acordo com as garantias do devido processo estabelecidas pela legislação brasileira.
- (c) Para os efeitos da alínea anterior, o conceito de práticas corruptas compreende os seguintes atos: (i) suborno, ato de oferecer, dar, receber ou solicitar indevidamente qualquer coisa de valor capaz de influenciar o processo de aquisição de bens ou serviços, seleção e contratação de consultores, ou a execução dos contratos correspondentes; (ii) extorsão ou coação, tentativa de influenciar, por meio de ameaças de dano à pessoa, à reputação ou à propriedade, o processo de aquisição de bens ou serviços, seleção e contratação de consultores, ou a execução dos contratos correspondentes; (iii) fraude, falsificação de informação ou ocultação de

275

atos com o propósito de influenciar o processo de aquisição de bens ou serviços, seleção e contratação de consultores, ou a execução dos contratos correspondentes em detrimento do Mutuário ou dos outros participantes do referido processo; (iv) conluio, acordo entre os licitantes destinado a gerar ofertas com preços artificiais, não competitivos.

ARTIGO 5.03. Obrigações não atingidas. Não obstante o disposto nos artigos 5.01 e 5.02 precedentes, nenhuma das medidas previstas neste Capítulo atingirá o desembolso: (a) das quantias sujeitas à garantia de uma carta de crédito irrevogável; e (b) das quantias que o Banco tenha comprometido especificamente por escrito, perante o Mutuário, ou o Órgão Executor, conforme o caso, a débito dos recursos do Financiamento, para efetuar pagamentos a um fornecedor de bens ou serviços. A exceção estabelecida nesta alínea (b) não será aplicável se o Banco determinar que ocorreram práticas corruptas com relação às aquisições de bens e serviços ou à execução dos contratos correspondentes.

ARTIGO 5.04. Reserva de direitos. O atraso ou a abstenção, por parte do Banco, do exercício dos direitos estabelecidos neste Contrato não poderão ser interpretados como renúncia do Banco a tais direitos, nem como aceitação de acontecimentos ou das circunstâncias que lhe tenham facultado exercê-los.

ARTIGO 5.05. Disposições não atingidas. A aplicação das medidas estabelecidas neste Capítulo não atingirá as obrigações do Mutuário estipuladas neste Contrato, as quais continuarão em pleno vigor, salvo no caso do vencimento antecipado da totalidade do Empréstimo, em que somente permanecerão em vigor as obrigações pecuniárias do Mutuário.

CAPÍTULO VI

Execução do Projeto

ARTIGO 6.01. Disposições gerais relativas à execução do Projeto. (a) O Mutuário convém em que o Projeto será executado com a devida diligência, de conformidade com eficientes normas financeiras e técnicas e de acordo com os planos, especificações, cronograma de investimentos, orçamentos, regulamentos e outros documentos que o Banco tenha aprovado. Convém, igualmente, em que todas as obrigações que lhe cabem serão cumpridas à satisfação do Banco.

(b) Qualquer modificação substancial nos planos, especificações, cronograma de investimentos, orçamentos, regulamentos e outros documentos que o Banco tenha aprovado, assim como qualquer modificação substancial no contrato ou contratos de bens ou serviços custeados com os recursos destinados à execução do Projeto, ou nas categorias de investimento, dependerão de prévio consentimento escrito do Banco.

ARTIGO 6.02. Preços e licitações. (a) Os contratos de execução de obras, aquisição de bens e prestação de serviços para o Projeto deverão estabelecer um custo razoável, que será

geralmente o preço mais baixo do mercado, levando-se em consideração fatores de qualidade, eficiência e outros fatores pertinentes.

- (b) Na aquisição de maquinaria, equipamento e outros bens relacionados com o Projeto, e na adjudicação do objeto da licitação para a execução de obras, deverá ser utilizado o sistema de licitação pública, em todos os casos em que o valor dessas aquisições for igual ou exceder os valores indicados nas Disposições Especiais. As licitações ficarão sujeitas aos procedimentos estabelecidos no respectivo Anexo a este Contrato.

ARTIGO 6.03. Utilização de bens. Salvo autorização expressa do Banco, os bens adquiridos com os recursos do Financiamento deverão destinar-se exclusivamente aos fins do Projeto. Concluída a execução do Projeto, a maquinaria e o equipamento de construção utilizados nessa execução poderão ser empregados para outros fins.

ARTIGO 6.04. Recursos adicionais. (a) O Mutuário deverá fornecer oportunamente todos os recursos adicionais aos do Empréstimo necessários para a completa e ininterrupta execução do Projeto, cujo valor estimado se encontra nas Disposições Especiais. Se durante o processo de desembolso do Financiamento verifica-se um aumento no custo estimado do Projeto, o Banco poderá exigir a alteração no cronograma de investimentos a que se refere a alínea (d) do Artigo 4.01 destas Normas Gerais, para que o Mutuário atenda esse aumento.

- (b) A partir do ano civil seguinte ao do início do Projeto e durante o período de sua execução, o Mutuário deverá demonstrar ao Banco, nos primeiros sessenta (60) dias de cada ano civil, que disporá oportunamente dos recursos necessários para efetuar a contribuição local ao Projeto durante esse ano.

CAPÍTULO VII

Registros, Inspeções e Relatórios

ARTIGO 7.01. Controle interno e registros. O Mutuário ou, se pertinente, o Órgão Executor, deverá manter um sistema adequado de controles internos contábeis e administrativos. O sistema contábil deverá estar organizado de modo a prover a documentação necessária para verificar as transações e a facilitar a oportuna preparação das demonstrações financeiras e dos relatórios. Os registros do Projeto deverão ser mantidos de modo a: (a) permitir a identificação das quantias recebidas das diferentes fontes; (b) consignar, em conformidade com o registro de contas que o Banco tenha aprovado, os investimentos no Projeto, tanto com os recursos do Empréstimo como com os demais recursos cuja contribuição é prevista para sua total execução; (c) conter os pormenores necessários para a identificação dos bens adquiridos e dos serviços contratados, bem como a utilização dos referidos bens e serviços; e (d) demonstrar o custo dos investimentos em cada categoria e o progresso das obras. No caso de programas de crédito, os registros também deverão conter os créditos concedidos, as recuperações recebidas e a utilização das mesmas.

FLS.: 922
PROTOCOLO - AGR
JTS

ARTIGO 7.02. Inspeções. (a) O Banco poderá estabelecer os procedimentos de inspeção que julgar necessários para assegurar-se do desenvolvimento satisfatório do Projeto.

- (b) O Mutuário e o Órgão Executor, se existir, deverão permitir que o Banco inspecione a qualquer tempo o Projeto, assim como os equipamentos e materiais nele empregados, e examine os registros e documentos que considere necessário conhecer. No desempenho dessa tarefa, o pessoal que o Banco enviar deverá contar com a mais ampla colaboração das respectivas autoridades. Todas as despesas relativas a transporte, salário e demais gastos efetuados com tal pessoal serão pagas pelo Banco.

ARTIGO 7.03. Relatórios e demonstrações financeiras. (a) O Mutuário, ou o Órgão Executor, se pertinente, apresentará ao Banco os relatórios a seguir indicados, nos prazos que se fixam para cada um deles:

- (i) Dentro dos sessenta (60) dias seguintes ao término de cada Semestre civil, ou em outro prazo acordado pelas Partes, os relatórios referentes à execução do Projeto, preparados de acordo com as normas que, a respeito, forem acordadas com o Banco.
- (ii) Os demais relatórios que o Banco razoavelmente solicitar com relação ao investimento dos montantes emprestados, à utilização dos bens adquiridos com tais montantes e ao desenvolvimento do Projeto.
- (iii) Três exemplares das demonstrações financeiras correspondentes à totalidade do Projeto, ao encerramento de cada exercício econômico do Órgão Executor, e informação financeira complementar relativa a essas demonstrações. As demonstrações financeiras serão apresentadas dentro dos cento e vinte (120) dias seguintes ao encerramento de cada exercício econômico do Órgão Executor, a partir do exercício em que se inicie a execução do Projeto e durante o período assinalado nas Disposições Especiais.
- (iv) Quando as Disposições Especiais assim exigirem, três exemplares das demonstrações financeiras do Mutuário, ao encerramento de seu exercício econômico, e informação financeira complementar relativa a essas demonstrações. As demonstrações serão apresentadas durante o período indicado nas Disposições Especiais, a partir dos referentes ao exercício econômico em que se inicie o Projeto e dentro dos cento e vinte (120) dias seguintes ao encerramento de cada exercício econômico do Mutuário. Essa obrigação não será aplicável quando o Mutuário for a República ou o Banco Central.
- (v) Quando as Disposições Especiais assim exigirem, três exemplares das demonstrações financeiras do Órgão Executor, ao encerramento de seu exercício econômico, e informação financeira complementar relativa a

275

essas demonstrações. As demonstrações serão apresentadas durante o período indicado nas Disposições Especiais, a partir das referentes ao exercício econômico em que se iniciar o Projeto e dentro dos cento e vinte (120) dias seguintes ao encerramento de cada exercício econômico do Órgão Executor.

- (b) As demonstrações e documentos descritos nas alíneas (a) (iii), (iv) e (v) deverão ser apresentados com o parecer da entidade auditora indicada nas Disposições Especiais deste Contrato e de acordo com requisitos que o Banco considere satisfatórios. O Mutuário ou o Órgão Executor, segundo pertinente, deverá autorizar a entidade auditora a proporcionar ao Banco a informação adicional que este venha razoavelmente a solicitar, relativa às demonstrações financeiras e os relatórios de auditoria emitidos.
- (c) (i) Nos casos em que o parecer deva ser emitido por um organismo oficial de fiscalização, e este não puder cumprir essa tarefa de acordo com requisitos que o Banco considere satisfatórios ou dentro dos prazos acima mencionados, o Mutuário ou o Órgão Executor, comitente ou seu representante, deverá contratar um contador público independente, aceitável para o Banco; (ii) As partes contratantes poderão acordar que sejam utilizados os serviços de uma firma de contadores públicos independente.

CAPÍTULO VIII

Disposição sobre Gravames e Isenções

ARTIGO 8.01. Compromisso relativo a gravames. Se o Mutuário decidir estabelecer algum gravame específico parcial ou total sobre seus bens ou rendimentos como garantia de uma dívida externa, deverá constituir, simultaneamente, um gravame que garanta ao Banco, em condições de igualdade e proporcionalmente, o cumprimento das obrigações pecuniárias decorrentes do Contrato. Contudo, esta disposição não será aplicável: (a) aos gravames constituídos sobre bens, para assegurar o pagamento do saldo pendente do seu preço de aquisição; e (b) aos constituídos em razão de operações bancárias para garantir o pagamento de obrigações cujos prazos de vencimento não sejam superiores a um ano. Se o Mutuário for um país membro, a expressão "bens ou rendimentos" refere-se a todo tipo de bens ou rendimentos pertencentes ao Mutuário ou a qualquer uma de suas dependências, que não sejam entidades autônomas com patrimônio próprio.

ARTIGO 8.02. Isenção de impostos. O Mutuário compromete-se a pagar tanto o capital como os juros e demais encargos do Empréstimo sem qualquer dedução ou restrição, livres de todo imposto, taxa, direito ou encargo estabelecidos ou capazes de ser estabelecidos pelas leis de seu país, e a responsabilizar-se por todo imposto, taxa ou direito aplicável à realização, registro e execução deste Contrato.

CONTRATO DE EMPRÉSTIMO

DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

INTRODUÇÃO

Partes, Objeto, Elementos Integrantes, Órgão Executor e Garantias

1. PARTES E OBJETO DO CONTRATO

CONTRATO celebrado no dia 11 de dezembro de 2002 entre SANEAMENTO DE GOIÁS S/A (SANEAGO), do Estado de Goiás, da República Federativa do Brasil, a seguir denominada "Mutuária", e o BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, a seguir denominado "Banco", para cooperar na execução de um programa, a seguir denominado "Programa", que consiste em melhorar e ampliar os serviços públicos de água potável e saneamento de Goiânia e áreas conurbadas. O Anexo A apresenta os aspectos mais relevantes do Programa.

2. ELEMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO E REFERÊNCIA ÀS NORMAS GERAIS

(a) Integram este Contrato as Disposições Especiais, as Normas Gerais, os Anexos A, A-1, B e C, e o Primeiro e Segundo Contratos de Garantia, que se juntam no presente. Se alguma estipulação das Disposições Especiais, dos Anexos, ou dos Contratos de Garantia não concordar ou estiver em contradição com as Normas Gerais, prevalecerá o disposto nas Disposições Especiais, no Anexo ou no Contrato de Garantia respectivo, conforme o caso. Quando existir discrepância ou contradição entre estipulações das Disposições Especiais, dos Anexos ou dos Contratos de Garantia, será aplicado o princípio de que a disposição específica prevalece sobre a geral.

(b) As Normas Gerais estabelecem pormenorizadamente as disposições de procedimento relativas à aplicação das cláusulas sobre amortização, juros, comissão de crédito, inspeção e supervisão, desembolso, bem como outras disposições relacionadas com a execução do Programa. As Normas Gerais incluem também definições de caráter geral.

3. ÓRGÃO EXECUTOR

As partes concordam que a execução do Programa e a utilização dos recursos do financiamento do Banco serão efetuadas totalmente pela Mutuária, a seguir denominada indistintamente "Mutuária", "Órgão Executor" ou "SANEAGO". A SANEAGO contará com o apoio da Secretaria do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Habitação do Estado de Goiás (SEMARH), conforme indicado na alínea (c) da Cláusula 3.02 deste Contrato.



CAPÍTULO IX

Arbitragem

ARTIGO 9.01. Composição do Tribunal. (a) O Tribunal Arbitral será constituído por três membros, designados da seguinte forma: um pelo Banco; outro pelo Mutuário; e um terceiro, doravante denominado o "Desempatador", por acordo direto entre as partes ou por intermédio dos respectivos árbitros. Se as partes ou os árbitros não chegarem a acordo com relação à nomeação do Desempatador, ou se uma das partes não puder designar árbitro, o Desempatador será designado, a pedido de qualquer das partes, pelo Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos. Se qualquer das partes não nomear árbitro, este será designado pelo Desempatador. Se qualquer dos árbitros nomeados, ou o Desempatador, não desejar ou não puder atuar, ou prosseguir atuando, proceder-se-á à sua substituição pela forma estabelecida para a sua designação original. O sucessor terá as mesmas funções e atribuições do substituído.

- (b) Se a controvérsia envolver tanto o Mutuário como o Fiador, se houver, ambos serão considerados como uma só parte, e, por consequência, deverão atuar conjuntamente seja para a nomeação do árbitro, seja para os demais efeitos da arbitragem.

ARTIGO 9.02. Início do Processo. Para submeter a controvérsia ao processo de arbitragem, a parte reclamante dirigirá à outra uma comunicação, por escrito, expondo a natureza da reclamação, a satisfação ou reparação pretendida e o nome do árbitro que designa. A parte que receber essa comunicação deverá, dentro do prazo de quarenta e cinco (45) dias, comunicar à parte contrária o nome da pessoa que designa como árbitro. Se dentro do prazo de trinta (30) dias, contados da entrega da referida comunicação à parte reclamante, as partes não houverem chegado a um acordo sobre a designação do Desempatador, qualquer delas poderá solicitar ao Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos que proceda à designação.

ARTIGO 9.03. Constituição do Tribunal. O Tribunal Arbitral constituir-se-á em Washington, Distrito de Columbia, Estados Unidos da América, na data em que o Desempatador determinar e, uma vez constituído, funcionará nas datas fixadas pelo próprio Tribunal.

ARTIGO 9.04. Processo. (a) O Tribunal terá competência para conhecer e decidir tão somente sobre a matéria da controvérsia. O Tribunal adotará suas próprias normas de processo e poderá, por iniciativa própria, designar os peritos que considerar necessários. Em qualquer caso, dará sempre às partes a oportunidade de apresentar razões em audiência.

- (b) O Tribunal julgará *ex aequo et bono*, fundamentando sua decisão nos termos deste Contrato e proferirá sentença ainda que uma das partes não haja comparecido.
- (c) A sentença será exarada por escrito e deverá ser adotada pelo voto concorrente de pelo menos dois membros do Tribunal, deverá ser proferida dentro do prazo aproximado de sessenta (60) dias, a partir da data da nomeação do Desempatador, e, a não ser que o Tribunal decida prorrogar o aludido prazo, em virtude de



circunstâncias especiais e imprevistas, será notificada às partes por meio de comunicação subscrita, pelo menos, por dois membros do Tribunal, deverá ser cumprida dentro do prazo de trinta (30) dias contados da data de notificação, terá efeito executório e será irrecorrível.

ARTIGO 9.05. Despesas. Os honorários de cada árbitro serão custeados pela parte que o houver designado e os honorários do Desempatador serão custeados em parcelas iguais entre as partes. Antes de constituir-se o Tribunal, as partes entrarão em acordo quanto aos honorários das demais pessoas cuja intervenção no processo arbitral julgarem necessária. Se as partes, na oportunidade, não chegarem a um acordo, o próprio Tribunal fixará a remuneração que seja razoável para as pessoas referidas, segundo as circunstâncias. Cada parte custeará suas próprias despesas no processo de arbitragem, mas as despesas do Tribunal serão custeadas, em parcelas iguais, pelas partes. Qualquer dúvida relacionada com a divisão das despesas ou quanto à forma de pagamento, será resolvida pelo próprio Tribunal, mediante decisão irrecorrível.

ARTIGO 9.06. Notificações. Qualquer notificação relativa à arbitragem ou à sentença será efetuada segundo a forma prevista neste Contrato. As partes renunciam a qualquer outra forma de notificação.

ANEXO A

Programa de Água e Saneamento de Goiânia

I. Objetivos

- 1.01 O objetivo geral do Programa é melhorar as condições sanitárias dos habitantes de Goiânia e áreas conurbadas por meio do aprimoramento dos serviços públicos de água potável e esgoto.
- 1.02 Os objetivos específicos do Programa são: (i) garantir a continuidade e a confiabilidade do abastecimento de água potável de Goiânia e áreas conurbadas; (ii) melhorar a qualidade dos cursos d'água que atravessam a cidade de Goiânia, mediante a ampliação do sistema de coleta e tratamento de esgoto sanitário; e (iii) aumentar a eficiência na prestação dos abastecidos serviços.

II. Descrição

- 2.01 O Programa está organizado em 3 (três) componentes:

1. Componente de Melhoramento do Sistema de Água Potável

- 2.02 No âmbito deste componente, haverá garantia da continuidade e da confiabilidade do serviço por meio de: (i) obras de incremento da capacidade de produção de água potável; (ii) obras visando ao transporte do volume produzido de água adicional ao sistema de distribuição; e (iii) obras de melhorias operacionais para que o sistema de distribuição possa comportar o volume de água adicional. Incluem-se ainda neste componente as medidas de mitigação do impacto ambiental relacionado com as referidas obras indicadas no capítulo III deste Anexo. As atividades serão organizadas da seguinte forma:

a) Subcomponente de Melhoramento na Confiabilidade do Serviço

- 2.03. Compreenderá a construção de: (i) uma represa de regularização e acumulação de água no Ribeirão João Leite, com 451 m. de comprimento e 50 m. de altura máxima, incluindo uma nova tomada de água; e (ii) uma adutora de água bruta, com extensão de 11.827 m. e diâmetro de 1.727 mm., interligando a barragem à Estação de Tratamento de Água Jaime Câmara (ETA).
*(ii) uma elevatória de água bruta
 (iii) uma adutora (iv) uma ETA (v) uma adutora A. Trat*

b) Subcomponente de Melhoramento na Continuidade do Serviço

- 2.04 Compreenderá a realização de melhorias ~~nas estações de tratamento~~ de bombeamento e nos reservatórios de água potável, bem como a reabilitação ou reposição de trechos críticos da rede de distribuição da cidade de Goiânia, com o objetivo de adequar os sistemas à necessidade de comportar o volume adicional de água gerado.

2. Componente de Melhoramento da Qualidade dos Cursos d'Água

- 2.05 Neste componente, será efetuada uma ampliação da cobertura do serviço de coleta e tratamento de águas residuais da cidade de Goiânia mediante a adoção das seguintes medidas: (i) construção de redes e interceptores de esgoto na bacia do córrego Caveirinha; (ii) construção de redes, interceptores e uma estação de tratamento de esgoto de 115 l/s. na bacia do córrego São Domingos; e (iii) construção de redes, um interceptor e uma estação de tratamento de esgoto de 8 l/s. no Município de Terezópolis de Goiás. No total, espera-se que sejam construídos 268 km. de redes de coleta de esgoto, 21 km. de interceptores com diâmetros entre 150 e 800 mm. e 18.500 ligações domiciliares e intradomiciliares, além das duas estações de tratamento antes mencionadas.

3. Componente de Melhoramento da Eficiência na Prestação dos Serviços

- 2.06 Consistirá no apoio ao aumento da eficiência da SANEAGO na prestação dos serviços, mediante a contratação de uma firma consultora que elaborará um novo modelo de gestão para a SANEAGO, objetivando a modernização dos sistemas e métodos atualmente empregados nas áreas operacional, comercial, financeira e administrativa. A firma consultora deverá apresentar uma proposta de bases administrativas e técnicas do novo modelo de gestão que contemple, pelo menos, o seguinte:

- (a) formas de tornar a SANEAGO permanentemente competitiva, através de sua reorganização funcional e orgânica, reestruturação tarifária, recuperação de clientes, otimização do processo produtivo, combate a perdas e desperdícios, aumento da eficiência dos investimentos e reavaliação de sua regionalização;
- (b) cooperação entre a Agência Goiana de Regulação (AGR) e a SANEAGO com relação às funções de fiscalização e avaliação dos indicadores da prestação dos serviços;
- (c) identificação de novos parceiros nos investimentos e prestação de serviços que poderão incluir a iniciativa privada e órgãos públicos e sugestões para a abertura do seu capital social;
- (d) preservação e conservação dos recursos hídricos

- 2.07 Com os recursos do Financiamento a SANEAGO contratará uma firma operadora especializada para a implantação do modelo de gestão a que se refere a cláusula anterior, respeitado o marco legal do setor de saneamento em vigor na data de assinatura deste Contrato.

- 2.08 Este componente poderá financiar a parcela fixa relativa aos pagamentos à firma operadora especializada mencionada no parágrafo anterior, a aquisição de equipamentos de informática e a obtenção das licenças necessárias para o uso dos programas de informática na administração do serviço. Este componente também financiará atividades de melhorias operacionais, incluindo as seguintes categorias: macro e micro medição, equipamentos de localização de vazamentos, automatização do sistema de distribuição, setorização e criação de unidades de manutenção e reabilitação de redes e equipamentos eletromecânicos.

III. Aspectos Sócio-Ambientais

- 3.01 A Mutuária, com a assistência técnica da empresa de engenharia a que se refere a cláusula 4.01(d) das Disposições Especiais, implantará as medidas e ações identificadas no Projeto Básico Ambiental e no Plano de Ação para Aquisição de Terras, Reabilitação de Remanescentes e Relocação da População Afetada, de acordo com os cronogramas estabelecidos nos mencionados documentos. No caso das obras da barragem do Ribeirão João Leite, nove famílias deverão ser devidamente indenizadas e transferidas a áreas que lhes permitam praticar a agricultura de subsistência, e se proverá a reabilitação em onze imóveis localizados nas áreas afetadas. O processo de reassentamento deverá cumprir com as políticas do Banco sobre a matéria.
- 3.02 A Mutuária, por meio do convênio com a Secretaria do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Habitação do Estado de Goiás (SEMARH) a que se refere a cláusula 3.02(c) das Disposições Especiais, preparará e implantará os Planos de Ordenamento Territorial e Uso do Solo e de Recuperação e Lazer Ecológico, ambos na área da bacia de influência direta do lago a ser formado pela barragem do Ribeirão João Leite e o Programa de Educação Ambiental, de Interação com a Sociedade e de Ação Institucional para a Conservação Ambiental da Bacia do Ribeirão João Leite.

IV. Custo do Programa

- 4.01 O custo total do Programa está estimado em US\$ 95.200.000 (noventa e cinco milhões e duzentos mil dólares). A distribuição, por fontes de financiamento e categorias de investimentos, é a seguinte:

Custo e financiamento
(em milhares de US\$)

<u>Categorias</u>	<u>BID/OC</u>	<u>Local</u>	<u>Total</u>	<u>%</u>
Engenharia e Administração	650	2.600	3.250	3,4%
Estudos e Projetos	0	300	300	0,3%
Unidade Executora	650	400	1.050	1,1%
Supervisão de Obras	0	1.900	1.900	2,0%
Custos Diretos	42.794	38.500	81.294	85,4%
Melhoramento do Sistema de Água Potável	29.670	28.920	58.590	61,5%
Melhoria da confiabilidade	21.770	21.020	42.790	44,9%
Produção	15.000	14.250	29.250	30,7%
Transporte	6.770	6.770	13.540	14,2%
Melhorias no tratamento e distribuição	7.900	7.900	15.800	16,6%
Melhoramento da Qualidade dos Cursos d'água	8.150	8.150	16.300	17,1%
Sistema Caiveirinha	4.200	4.200	8.400	8,8%
Sistema São Domingos	3.450	3.450	6.900	7,2%
Sistema Terezópolis	500	500	1.000	1,1%
Melhoramento da Eficiência dos Serviços	4.974	1.430	6.404	6,7%
Consultoria Contrato Apoio à Gestão	0	200	200	0,2%
Contrato Apoio à Gestão	2.250	250	2.500	2,6%
Melhorias operacionais	2.724	980	3.704	3,9%
Outros Custos	1.680	5.500	7.180	7,5%
Terrenos	0	4.000	4.000	4,2%
Mitigação Social e Ambiental	1.490	1.490	2.980	3,1%
Auditoria	190	10	200	0,2%
Custos sem designação específica	2.000	1.000	3.000	3,2%
Imprevistos	2.000	1.000	3.000	3,2%
Custos Financeiros	476	0	476	0,5%
Inspeção e Supervisão Gerais	476	0	476	0,5%
TOTAL	47.600	47.600	95.200	100%
%	50%	50%	100%	

V. Execução

- 5.01 A Mutuária desempenhará o papel de Órgão Executor do Programa, atuando por intermédio de uma Unidade Executora do Programa (UEP) que deverá contar com, pelo menos, um coordenador geral, três especialistas (um administrativo-financeiro, um técnico para água potável e um técnico para esgoto) e um assessor ambiental, contando, ainda, com o apoio de uma empresa especializada, que lhe prestará auxílio nos trabalhos de execução do Programa e lhe disponibilizará o pessoal necessário para tanto.
- 5.02 Com os recursos da contrapartida local a Mutuária pagará pelos serviços de assessoria que sejam prestados pela empresa contratada para preparar o projeto da barragem do Ribeirão João Leite (parte integrante do Componente de Melhoramento do Sistema de Água Potável). A referida empresa deverá fiscalizar a execução da obra, bem como assegurar a adequada implantação das medidas de mitigação dos correspondentes danos ambientais.
- 5.03 Uma vez concluído o correspondente processo de licitação, a Mutuária providenciará a celebração de um contrato, com uma operadora especializada, que implantará um novo modelo para a gestão da SANEAGO pelo prazo de 5 (cinco) anos, conforme parâmetros a serem definidos pela consultoria que será contratada de acordo com a cláusula 2.06 deste Anexo. A remuneração da operadora especializada será calculada de acordo com o cumprimento dos indicadores constantes da cláusula 9.01 abaixo e com os resultados alcançados.

VI Licitações

- 6.01 Quando os bens a serem adquiridos e as obras ou os serviços a serem contratados para o Programa forem financiados total ou parcialmente com recursos do Financiamento, os procedimentos e bases específicas das licitações ou outra forma de contratação deverão permitir a livre concorrência de empreiteiros e fornecedores de bens e serviços, incluindo os relativos a transporte e seguros, originários de países membros do Banco. Portanto, nos procedimentos e bases específicas citados não se estabelecerão condições que impeçam ou restrinjam a oferta de bens ou a participação de empreiteiros originários destes países.

VII Serviços de consultoria

- 7.01 Para a seleção e contratação dos serviços de consultoria financiados total ou parcialmente com os recursos do Financiamento: (a) deverão ser aplicados os procedimentos estabelecidos no Anexo C; e (b) não poderão ser estabelecidas disposições que restrinjam ou impeçam a participação de consultores originários dos países membros do Banco.
- 7.02 Os serviços de consultoria financiados exclusivamente com recursos da contrapartida local serão contratados de acordo com a legislação nacional aplicável. Antes de proceder à licitação, o Mutuário informará ao Banco os nomes e antecedentes das firmas ou consultores individuais selecionados, bem como o valor dos honorários cobrados, e acordará com o Banco os Termos de Referência aplicáveis.